

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2009 - NÚMERO QUARENTA E TRÊS:-----

Aos quatorze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e nove, nesta Vila de Alpiarça, Edifício dos Paços do Município, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, no Auditório da Câmara Municipal, compareceram os senhores: Vanda Cristina Lopes Nunes, Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Mário Fernando Atracado Pereira, José Carlos Viegas Ferreirinha, Mário Manuel Pereira Peixinho e Luís Filipe Silva Garrotes, Vereadores.-----

A reunião foi aberta pela Senhora Presidente da Câmara, eram dezoito horas e vinte minutos.-----

MOVIMENTO DE FUNDOS:-----

Foi verificado o movimento de fundos pelo Resumo Diário da Tesouraria número cento e setenta e três, datado de onze de Setembro de dois mil e nove, que acusa um saldo disponível de trezentos e onze mil, setecentos e setenta e sete euros e quarenta e quatro cêntimos.-----

ACTAS:-----

A acta da Reunião de Câmara de dezanove de Agosto de dois mil e nove, foi aprovada por unanimidade, com a alteração proposta pelo Vereador Mário Pereira.--

A Acta da Reunião de Câmara de trinta e um de Agosto de dois mil e nove, foi aprovada por unanimidade, com a alteração proposta pelo Vereador Mário Pereira.--

ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

O Vereador Mário Pereira começou por questionar a Presidente sobre os possíveis desenvolvimentos e contactos tidos com o Ministério da Administração Interna com vista à recuperação do edifício onde se instalará o posto local da G.N.R.-----

Também sobre a questão da Cultura Avieira, o Vereador requereu um novo ponto de situação.-----

Depois questionou a Presidente sobre a reunião agendada com a Segurança Social, a propósito do Contrato Local de Acção Social (CLAS). O Vereador pretendia saber se a mesma já tinha tido lugar e como tinha corrido.-----

Já em relação às Actividades Extra-curriculares, o Vereador lembrou que hoje se iniciava o novo ano lectivo e, tanto quanto se tinha dado conta, as referidas Actividades não iriam arrancar.-----

Por último, o Vereador alertou para os maus cheiros que, segundo queixas de munícipes, se farão sentir no Frade de Baixo, em particular na Rua da Carvalhita, com origem presumível nos esgotos dado que os maus cheiros promanam das sarjetas.-----

Relativamente a esta última questão, o Vereador Ferreirinha afirmou não ter elementos suficientes para responder, sendo que se iria inteirar da situação. Em todo o caso, esclareceu que não é natural que os esgotos pluviais tenham cheiro, a menos que haja algum ponto de água estagnada. A Rua em questão tem,

efectivamente, uma conduta elevatória que vem de Almeirim e que depois passa para a estação elevatória na Rua dos Gaiatos que passa, por sua vez, para a ETAR municipal. Efectivamente nesse local encontra-se uma ventosa para quando há acumulação de ar na conduta. Eventualmente os cheiros poderão provir daí. O Vereador comprometeu-se em averiguar a situação.-----

Posto o que a Presidente passou a responder à questão do quartel da G.N.R. Como a Presidente tinha referido, da reunião tida ficou o compromisso da visita dos técnicos para fazerem uma avaliação do estado do edifício e a verificação do terreno adstrito a essa finalidade. Essa visita efectivou-se, pelo que a Autarquia aguarda que a Administração Interna se pronuncie sobre os resultados e as aferições da mesma.-----

Quanto à Cultura Avieira, a Presidente reiterou o seu pedido de desculpas, mas devido ao excesso de solicitações, nomeadamente a Alpiagra e o início do Ano Lectivo, ainda não lhe tinha sido possível fazer a recolha de todos os elementos necessários para elucidar os Vereadores sobre o assunto. No entanto deixou a promessa de trazer na próxima Reunião de Câmara um relatório sobre a questão, até porque é um assunto em que tem todo o interesse ver esclarecido perante os Vereadores e perante a população de Alpiarça.-----

Em relação às Actividades Extra-curriculares (AEC), a Presidente esclareceu que normalmente a Autarquia arranca com as AEC no início de Outubro. Lembrou que há municípios que optam por fazer contratos com as empresas fornecedoras das AEC por mais de um ano, sendo que a Presidente se posiciona no espectro diametralmente oposto desta posição, dado que cada ano vale por si e por isso mesmo se fazem as avaliações. Um contrato a três anos, por exemplo, poria o município numa posição muito mais fragilizada. Nessa medida a Presidente explicou o procedimento pelo qual optou. Trata-se de ajuste directo, a funcionar por convite às entidades que anteriormente concorreram e que melhor posicionadas ficaram, a fim de entregarem as suas propostas. Mas antes de partir para o ajuste directo era importante ter uma ideia do número de crianças interessadas nas AEC, e por isso mesmo hoje, no arranque do ano lectivo, foi distribuído a cada criança um impresso onde os encarregados de educação declararão a sua intenção de que os seus filhos participem ou não nas Actividades. A partir dessa declaração de intenção a Câmara avançará então para o processo final de adjudicação e as AEC terão início nos primeiros dias de Outubro. Sendo que até lá a Câmara assegurará que as crianças mais necessitadas terão acesso a ATL no período que vai desde o final do horário lectivo até às 17h30.-----

Neste ponto, o Vereador Mário Pereira interveio para questionar sobre as avaliações às AEC que, segundo a Presidente, são da responsabilidade do Agrupamento de Escolas. Além disso, a empresa responsável envia um relatório trimestral para a Escola, que por sua vez estão na base do relatório anual do Agrupamento sobre as

actividades.-----

Quanto ao CLAS, a Presidente começou por lembrar que na última Reunião de Câmara foi distribuído um fax proveniente da Fundação José Relvas. Em resposta a esse fax, o Gabinete de Acção Social da Autarquia elaborou um esclarecimento (distribuído por todo o Executivo) que será remetido à Fundação José Relvas e à Segurança Social.-----

Relativamente à reunião com o Instituto da Segurança Social (ISS), estiveram presentes a Presidente e o Vice-Presidente desse Instituto, tendo ficado definido que, atendendo ao facto de a Fundação José Relvas já ter subscrito este protocolo, a Segurança Social iria fazer uma última tentativa que corrobora a deliberação da autarquia, que propunha à Fundação uma rectificação dos valores constantes no orçamento do projecto ,para os vencimentos dos técnicos e do coordenador. Nesse sentido o vice-presidente do ISS deu instruções à directora da instituição em Santarém para que esta reunisse com a Fundação tentando sensibilizar para esta questão. Esta reunião decorreu na segunda-feira após a última Reunião de Câmara e, até à data, a Presidente não tinha obtido qualquer resposta da Segurança Social sobre a referida reunião com a Fundação José Relvas. Pouco antes da Reunião de Câmara, a Presidente recebeu um telefonema do Vice-Presidente do ISS que lhe revelou que a Presidente do ISS de Santarém, Eng.ª Anabela Rato, reuniu com o Conselho de Administração da Fundação José Relvas que se mostrou igualmente indisponível para rectificar os valores. Em face disso, agora que o ISS tinha uma resposta definitiva por parte da Fundação José Relvas, o Vice-Presidente afirmou a sua intenção de remeter o assunto para o Presidente do ISS e que posteriormente contactaria a Autarquia no sentido de propor um caminho a seguir em face desta recusa por parte da Fundação. Assim, a Presidente propôs que se aguardasse os resultados da intervenção do ISS até se deliberar novas diligências.-----

O Vereador Mário Pereira, apesar de concordar com a proposta da Presidente, voltou a referir que, para além da questão dos vencimentos, continua a discordar, no geral, com as acções que o plano prevê, que são manifestamente insuficientes para cumprir os objectivos já de si bastante redutores.-----

A Presidente afirmou concordar com o Vereador, mas pensa que antes disso é preciso chegar a um entendimento com o parceiro convidado, e, ao ver o orçamento necessário à aplicação das acções reduzido em 80%, valor que se destina a vencimentos, não pode deixar de estar em total desacordo com essa opção, o que impossibilita imediatamente uma segunda apreciação do Plano de Acção. Nessa medida, a Presidente propôs a concertação com o ISS após nova intervenção desta entidade no sentido de se encontrar em parceria com essa entidade o caminho a seguir para que o Concelho de Alpiarça possa beneficiar deste programa.-----

ORDEM DO DIA:-----

EXPEDIENTE:-----

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:-----

VÁRIOS:-----

- Comité Português para a UNICEF – pedido de donativo.-----

Deliberado por unanimidade atribuir 100€ de donativo à Unicef, conforme informação de cabimento da secção de contabilidade. Dar andamento ao assunto.--

- CACIT – Clube de Amigos Cicloturismo da Ilha Terceira – Agradecimento.-----

Tomou-se conhecimento do referido agradecimento.-----

- Águas do Ribatejo – EIM – Cessão da posição contratual para a AR, EIM do contrato de prestação de serviços de responsabilidade pela exploração do PT da EE de Esgotos de Alpiarça.-----

Deliberado por maioria com duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, concordar com a cessão da posição contratual para a empresa AR – Águas do Ribatejo.-----

- Apreciação e Votação do Protocolo de Cooperação para a Reestruturação da Escola de Música da SFA.-----

A Senhora Presidente da Câmara apresentou este assunto, explicando que depois de várias reuniões e trocas de correspondência elaborou-se o presente protocolo, que formaliza um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos últimos quatro meses.-----

Deliberado por unanimidade concordar com o teor do presente protocolo.-----

- Proposta para atribuição de donativo à Igreja de Alpiarça, no valor de 4.200,00€, para restauro da pintura a óleo sobre tela - “Cristo na Cruz”.-----

A Senhora Presidente apresentou este assunto, congratulando-se com o trabalho desenvolvido pelo Padre Diamantino na recuperação da Igreja.-----

Informou que os 4.200,00€ correspondem exactamente ao valor do orçamento para a recuperação da tela.-----

Deliberado por unanimidade concordar com a atribuição do presente donativo.-----

ACÇÃO SOCIAL:-----

- Proposta 19/PCA/2009 – Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Concelho de Alpiarça.-----

A Senhora Presidente da Câmara apresentou este assunto, explicando que o presente regulamento foi elaborado de acordo com o que se passa noutros municípios.-----

o Vereador Mário Pereira concordou com a atribuição das bolsas, no entanto não quis deixar de referir que, no seu entender, deveria ser o estado a assumir estas responsabilidades.-----

A Senhora Presidente informou que pelo levantamento elaborado, a atribuição dos 100 Euros por mês parecia aceitável, teria a Câmara que decidir também o número de bolsas a atribuir.-----

O Vereador Mário Pereira referiu que, como o “tempo” é de crise e como experiência

parecia-lhe bem a atribuição de bolsas de 100€ por mês durante 10 meses e, que caberia ao próximo executivo reavaliar a situação.-----

Deliberado por unanimidade concordar com a atribuição de Bolsas de Estudo, tal como proposto no presente regulamento. Foi ainda deliberado conduzir o assunto à próxima sessão da Assembleia Municipal.

OBRAS:-----

- Eugénia Pedro Machacaz e Outros – Requerimento para emissão de certidão de destaque (Procº destaque nº 10/2009). Informação S.T.O. Nº 33a/2009 de 26 de Agosto.-----

Deliberado por unanimidade concordar com a emissão da certidão de destaque.-----

- Modificação ao Orçamento – Alteração nº 11. Ratificação do despacho da Senhora Presidente da Câmara, datado de 01/09/09.-----

Deliberado por maioria com duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, ratificar o despacho da Senhora Presidente da Câmara exarado no documento em 01/09/2009.-----

- Modificação às GOP'S – Alteração nº 12. Ratificação do despacho da Senhora Presidente da Câmara, datado de 01/09/09.-----

Deliberado por maioria com duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, ratificar o despacho da Senhora Presidente da Câmara exarado no documento em 01/09/2009.-----

FORA DA ORDEM DO DIA:-----

Presidente tomou a palavra para se referir a um assunto de carácter sigiloso dado tratar-se de uma questão de ordem disciplinar. A Presidente leu o processo que deliberava a demissão do funcionário João Manuel Dias Teodoro. Após tomada de conhecimento, o funcionário em questão interpôs para o Presidente da Câmara um recurso hierárquico. Pelo que, na sequência do recurso, foi solicitado parecer jurídico para melhor fundamentar a decisão. Mais acrescentou que desde a data da tomada de decisão em Setembro de 2007, o arguido não mais exerceu funções de Bombeiro. Em todo esse tempo não houve decisão por parte do Presidente da Câmara, pelo que naturalmente a Presidente actual teve de fazer um ponto de situação, até porque o arguido questionou.-----

A Senhora Presidente distribuiu a todos os Vereadores o parecer jurídico, que se traduz numa minuta de decisão, para que na próxima reunião de Câmara possa ser apreciado e discutido por todos. Trata-se de uma decisão que a Presidente da Câmara poderia tomar, mas entende que, tratando-se de uma questão tão delicada, essa decisão deverá ser partilhada com todo o Executivo.-----

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pela Senhora Presidente da Câmara, eram vinte horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.-----

E eu, Vera Cristina Saturnino Mateiro Garrotes, a exercer funções de Secretária no

Gabinete de Apoio à Presidência, da mesma Câmara, servindo de Secretária, a redigi e assino.-----

---

---